

## Inventário de Bens Móveis Integrados das Igrejas Tombadas pelo Estado estará completo até 2011

\_\_\_\_\_ página 03



Arquivo IEPHA/MG

Entrevista: Jurema Machado, coordenadora de Cultura da Unesco e ex-presidente do Iepha, fala sobre patrimônio sob a perspectiva da gestão urbana  
\_\_\_\_\_ páginas 06 e 07

Jornada Mineira do Patrimônio Cultural termina este mês  
\_\_\_\_\_ página 05



PEQUENOS OLHARES  
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



\_\_\_\_\_ Confira na página 08

**Impresso  
Especial**

7397091256-DR/MG  
IEPHA/MG

...CORREIOS...

Técnicos da DPM trabalham na Matriz de São José das Três Ilhas, em Belmiro Braga, listando seus bens integrados

## Editorial

### Preservação sob ótica contemporânea

Esta edição do Bem Informado traz matérias que são uma clara demonstração de que as atuais políticas que norteiam a preservação de nosso rico patrimônio cultural estão no rumo certo. O resultado positivo da interiorização das ações e da participação efetiva das comunidades no esforço para guardar e divulgar o patrimônio ficam claros com a realização da primeira edição da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, que chega ao fim neste mês. O sucesso da iniciativa, que mobilizou 474 municípios de Minas, é mostrado nessas páginas, por meio de exemplos de atividades realizadas com criatividade e determinação.

A visão contemporânea do que é a preservação de bens culturais fica clara na entrevista com a coordenadora de Cultura da Unesco no Brasil e ex-presidente do Iepha, Jurema Machado, que ressalta a sustentabilidade social, pela garantia da fruição de bens culturais restaurados, até como forma de mantê-los preservados; e também salienta a importância do passado como fonte de aprendizado para o presente e o futuro.

Destaque também para o Programa Inventário de Bens Móveis Integrados das Igrejas Tombadas pelo Estado, instrumento fundamental para o controle de roubos e desaparecimentos de peças. Também nesta linha, a partir deste número, o Bem Informado terá espaço mensal para divulgação de peças desaparecidas que constam do cadastro do Iepha, como mais uma ferramenta na tentativa de localizá-las e devolvê-las a seus locais de origem.

A diretora de Proteção e Memória do Iepha, Vera Chacham, publica rico texto sobre a Serra dos Cristais - localizada no Centro-Leste de Minas Gerais, na região onde se encontra a cidade de Diamantina -, que, em breve, terá seu tombamento provisório transformado em definitivo.

Os sinos - sua linguagem e sua iconografia - também estão nesta edição, divulgando esta forte tradição das cidades mineiras, onde esses objetos fazem parte do cotidiano das populações locais. O bem tombado, focado neste mês, é a Casa de Afonso Pena Júnior, edificação eclética, tombada pelo Iepha em 1983. Este número traz ainda um texto informativo sobre a importância do acondicionamento correto de documentos como forma de assegurar sua longevidade.

Boa leitura a todos!

*Carlos Roberto Noronha*  
Presidente

Nossa missão é garantir à sociedade a acessibilidade e a fruição do patrimônio cultural, por meio da preservação, valorizando e respeitando a diversidade cultural de Minas Gerais.

## Peças Desaparecidas

A partir deste mês, o Bem Informado vai trazer, a cada edição, neste espaço, foto de uma das peças desaparecidas que constam do cadastro do Iepha/MG. Com isso, ampliamos a divulgação dos bens que foram subtraídos de seus locais de origem, na tentativa de localizá-los e devolvê-los às comunidades. Esclarecemos quem muitas vezes as fotos publicadas não têm boa qualidade, por terem sido feitas há muitos anos e com equipamento não profissional.



Divulgação

A foto desta edição é da imagem de Nossa Senhora do Amparo, padroeira do distrito de Brejo do Amparo, em Januária (Norte de Minas). A peça em madeira com policromia, e coroa, pesa cerca de 35 quilos e foi furtada em 1987.

## Expediente

### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Aécio Neves

Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Paulo Brant

Secretária adjunta: Sylvana Pessoa

### INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo

Chefe de Gabinete: Mariana Márcia Custódio

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

### BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)

Diagramação: Daniella Melo Jardim

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m<sup>2</sup> - Tiragem: 2.600 exemplares - Periodicidade: mensal

Impressão e Acabamento: Rona Editora



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: [jornal@iepha.mg.gov.br](mailto:jornal@iepha.mg.gov.br)

## Inventário é instrumento para localizar peças desaparecidas

Desde o primeiro semestre de 2008, a equipe da Gerência de Identificação (GID) do Iepha/MG vem desenvolvendo o Inventário de Bens Móveis Integrados das Igrejas Tombadas pelo Estado.

A proposta do programa é inventariar, até 2011, os bens integrados de todos os templos religiosos tombados pelo Iepha. “Das 59 igrejas tombadas em todo o Estado, até agora 30 já tiveram seus bens inventariados”, informa Angela Dolabela Cãnfora, gerente de Identificação. Ao fim do inventário, as comunidades devem receber uma cópia para que facilite o controle de roubos e desaparecimentos de peças. “Os padres têm ficado em média apenas três anos em cada paróquia e quando chega um novo sacerdote ele não sabe o que pertence à igreja ou onde itens do acervo estão guardados”, esclarece o historiador Luis Gustavo Molinari Mundim, analista de gestão, proteção e restauro da GID.

Segundo o historiador, o programa busca solucionar dois problemas. “A metodologia de tombamento que era utilizada não incluía o inventário dos bens integrados e, por isso, não se sabia do patrimônio móvel da igreja; o inventário também é uma ferramenta para conferir as peças inscritas no cadastro de bens desaparecidos”, revela.

Instrumento de identificação e proteção, o inventário é um registro perene de informações relativas ao bem, podendo tanto orientar ações de preservação quanto de restauração. Segundo Angela Cãnfora, o inventário de bens culturais tem sido um trabalho contínuo do Iepha ao longo de sua existência, mas foi intensificado a partir da aprovação, no final de 2008, do Plano Estadual de Inventário.

### Cadastro de bens desaparecidos

Com o início do Inventário de Bens Móveis Integrados das Igrejas Tombadas pelo Iepha, descobriu-se que muitas peças incluídas no cadastro de bens desaparecidos, na realidade, apenas não haviam sido localizadas. Isto porque é comum em paróquias menores que uma pessoa fique responsável pela guarda de imagens e objetos de maior valor e, com o



Arca da cidade de Couto de Magalhães



Imagem de São Benedito, em Januária.

passar de anos, a comunidade nem se lembra com quem as peças estão e as consideram desaparecidas.

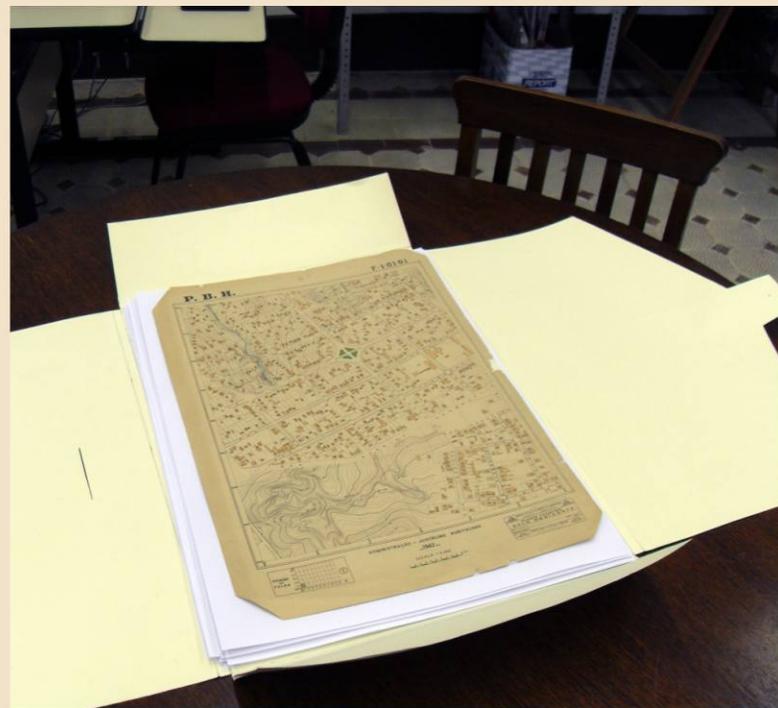
“Sempre que vamos a campo, comparamos o banco de bens desaparecidos com as peças que localizamos nas igrejas. Na última viagem que fizemos a Minas Novas, das diversas peças constantes no cadastro e consideradas desaparecidas, apenas uma não foi localizada”, revela Luis. Por meio de registro fotográfico, medição e descrição detalhada das peças e um pequeno histórico é possível identificar bens localizados sem procedência e devolvê-los a seus locais de origem. Ao todo, 32 bens foram localizados e 67 foram recuperados e restituídos a seus locais de origem desde o início do trabalho.

# Acondicionamento de documentos

A preservação de documentos visando sua longevidade depende, dentre outros fatores, de seu adequado acondicionamento. Este consiste na guarda da documentação em invólucros apropriados, confeccionados sob medida e com materiais de qualidade arquivística. Entende-se como tal uma série de propriedades que diferem de acordo com os materiais usados na confecção dos invólucros, mas que têm em comum o efeito de reduzir o impacto danificador do ambiente sobre os documentos – luz, temperatura, umidade e poluentes – ou o seu manuseio inadequado. Assim, os invólucros não devem produzir danos químicos e/ou físicos aos documentos que guardam, devem ser resistentes à deterioração e fornecer proteção.

A confecção de invólucros com materiais instáveis não é recomendável, pois eles próprios podem se deteriorar ou reagir com seus conteúdos, liberando produtos secundários capazes de interagir com os constituintes dos documentos, danificando-os. Por sua vez, os materiais estáveis ou inertes ficam na sua forma original e não reagem com os documentos.

As melhores embalagens são feitas com material neutro ou alcalino. Devem ser rígidas para proteger os conteúdos contra o rasgo, a quebra, o afundamento ou outras distorções e ter um bom fechamento – sem aberturas ou furos para alças –, com tampas justas para evitar a entrada da poeira e de outros poluentes. O tamanho e a forma dos envelopes, caixas, pastas ou outros invólucros devem ser iguais ao objeto



Fotos: Acervo IEPH/AMG

^ Acondicionamento de mapas

que contém. Um invólucro pequeno leva ao esmagamento e distorção dos documentos. Um invólucro grande demais pode permitir danos mecânicos.

O filme de poliéster é recomendado para acondicionar alguns tipos de documentos quando a transparência é imprescindível para o manuseio. Os plásticos comuns, contudo, devem ser sempre evitados, pois são quimicamente instáveis, causando interações indesejáveis com os materiais constituintes dos documentos, além de propiciarem o desenvolvimento de fungos pela criação de microclimas.

As embalagens em formato de tubo são recomendáveis para a guarda de documentos de grande formato, que devem, de preferência, ser enrolados individualmente. Se forem enrolados em grupo, os documentos devem ser entrefolhados com papel alcalino de baixa gramatura e amarrados sem pressão com cadarço de algodão. Os tubos devem ser mantidos em posição horizontal.

No que tange ao armazenamento, as embalagens confeccionadas em papel alcalino devem ser em formatos que se acomodem ao tamanho da gaveta ou da caixa, evitando, dessa forma, o deslocamento das mesmas.

Convém assinalar que, antes do acondicionamento, os documentos devem ser higienizados. Caso apresentem pequenos danos, como rasgos, devem passar por procedimentos para consolidá-los, o que pode ser feito, na maioria das vezes, usando papel japonês de baixa gramatura e cola CMC (carboximetilcelulose). Sendo o dano de maiores proporções, como perdas de suporte, o documento poderá ser consolidado usando papel industrial cuja gramatura seja aproximada da do documento e de qualidade (p.ex. Filifold Documenta®). Neste caso é importante que as fibras do papel e do documento estejam no mesmo sentido antes de feito o reparo necessário.

Nunca é demais ressaltar a importância de se ter o mobiliário adequado para a armazenagem de cada tipo de documento. Reitera-se, ainda, a preocupação com uma limpeza adequada, ventilação, organização e estabilização do local de armazenamento.

^ Exposição “Documento: bem cultural a ser preservado”, montada pela GDI no 4º andar do Iepha.

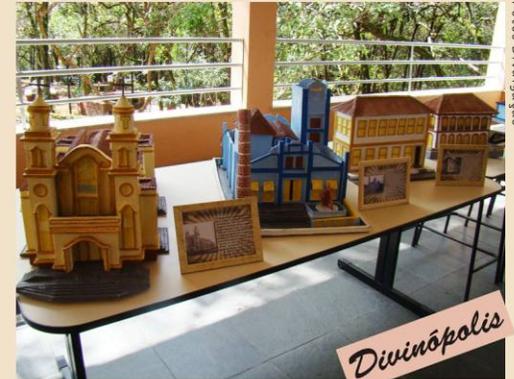
# Jornada agita interior do Estado



Vieçosa



Itaobim



Divinópolis

Fotos: Divulgação



Piranga

No final deste mês de outubro termina a extensa programação da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, que movimentou 474 municípios mineiros com ações diversas ligadas ao tema. Foram cerca de 1500 eventos propostos – a maioria realizada no mês de setembro, quando começou a Jornada -, entre visitas guiadas, projetos de educação patrimonial, festivais, apresentações de grupos de cultura popular, entrega de bens restaurados, bens culturais especialmente abertos à visitação, seminários, oficinas etc.



Catas Altas

Vale ressaltar o empenho e a disposição de prefeituras e instituições culturais tanto de Belo Horizonte quanto do interior de Minas, que não economizaram criatividade e energia para preparar ações envolvendo toda a comunidade. Esta primeira edição da Jornada Mineira, que teve por tema a frase de Aloísio de Magalhães – “A comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio” - está comprovando que a participação das comunidades locais é realmente fundamental para a preservação de nosso rico patrimônio.



Poços de Caldas

O êxito da Jornada este ano, que teve a chancela do Ano da França no Brasil, permite vislumbrar a permanência da iniciativa no calendário cultural de Minas. A partir do próximo mês, serão elaboradas as metas para a edição do próximo ano que, esperamos, repetirá o sucesso desta primeira edição.



Guanhães

Quem quiser acompanhar o que rolou pelas Minas Gerais durante a Jornada 2009 pode visitar o site [www.jornada.mg.gov.br](http://www.jornada.mg.gov.br).



Itaobim



Sacramento



Barbacena



## Dar sentido ao patrimônio é uma das formas de mantê-lo



Divulgação Unesco

Enxergar o patrimônio pelo olhar da cidade. Ver o presente e vislumbrar o futuro pelos olhos do passado. Acreditar e investir em políticas públicas articuladas e que terão continuidade e retorno social, econômico e cultural para as comunidades. Essas são algumas orientações do trabalho do lepha que aparecem com riqueza na fala de alguém que conhece bem essa rotina. Jurema Machado esteve à frente da Instituição na década de 90 e foi uma das grandes responsáveis pela criação do ICMS Patrimônio Cultural. Atual coordenadora de Cultura da Unesco no Brasil, Jurema nos fala um pouco sobre a seleção de Patrimônios da Humanidade e do Programa Monumenta, dentre outros temas.

**A senhora teve uma passagem muito importante pelo lepha, presidindo a instituição entre 1995 e 1998. Como foi essa experiência?**

Eu vinha de uma trajetória com o patrimônio histórico e cultural na Prefeitura de Belo Horizonte e um trabalho análogo em Ouro Preto sob a ótica urbana. De certa forma, minha experiência com patrimônio foi sempre a do olhar para a cidade, para a dinâmica urbana; não era pontual como para a restauração. O que eu levei para o lepha foi mesmo esse viés da gestão urbana, das políticas públicas. Em todos os temas por que passei nesse período tentei imprimir sempre o enfoque de política, e não do tratamento dessas questões como algo pontual.

A Unesco tem muito a ver com meu interesse, é um retrato do país, permite uma articulação nacional e internacional, mas mesmo com tudo isso não tenho nenhuma dúvida de que o lepha foi a melhor experiência profissional da minha vida. Tive muito apoio dentro do Governo para imprimir mudanças e uma equipe próxima de diretores e assessores diretos sempre muito aguerrida, muito comprometida. O lepha foi crescendo, ganhando visibilidade e credibilidade na medida em que as pessoas acreditavam nas mudanças. Sempre tive muito compromisso com o trabalho e as pessoas acharam que isso era uma coisa na qual valia a pena apostar. No lepha isso não é algo difícil porque todos gostam muito do que fazem e são facilmente seduzidos por uma boa causa. Ainda que calejadas com dificuldades, essas pessoas ainda têm o frescor de embarcar em boas idéias.

**Uma grande contribuição de sua gestão foi a criação do ICMS Patrimônio Cultural, mecanismo de repasse de recursos pelo Estado aos municípios mineiros que investem no setor. Hoje, quase 15 depois, como a senhora avalia o benefício?**

Estou fora há muito tempo, então vou dizer de depoimentos que escuto de pessoas de fora de Minas. Muita gente, Brasil a fora, conhece ou já ouviu falar do ICMS Cultural. O que observo é que é uma coisa tão interessante, tão boa, que a primeira reação das pessoas é sempre não acreditar. É uma situação inédita, até como uma ferramenta que o poder público pode utilizar para induzir comportamentos. Foi isso que o mecanismo fez com prefeituras; ele induziu uma mentalidade. O município começa a participar atraído pelas possibilidades financeiras e depois se torna difícil retroceder nessas medidas. Ele monta uma equipe, realiza tombamentos e dá passos que não voltam atrás; essas conquistas serão sempre acompanhadas de cobrança social, legal e de responsabilidades. Outra coisa importante é a criação de estruturas municipais de gestão do patrimônio, o que significa mais gente pensando o patrimônio. Acho a iniciativa um grande sucesso, uma política que de fato estimula o que a constituição federal diz sobre o compartilhamento de responsabilidades entre União, estados, municípios e comunidades.

**Uma marca do seu trabalho é a defesa do patrimônio cultural como**

**oportunidade de favorecer, dentre outros pilares, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida em cidades históricas. Como entender o progresso pela manutenção do passado?**

Primeiro temos que pensar o que é progresso. Substituição? No sentido de superação de valores e conhecimentos do passado? Para mim, progresso é sempre acúmulo, somatória; é agregar experiências. Não existe progresso se não existiu o dia de ontem. Não se trata de guardar relíquias, mas de se ter ensinamentos para o presente. Os remanescentes nos falam do que a cidade é hoje e não existe crescimento e nem avanço sem crítica, sem reflexão. Essas coisas andam juntas. Além disso, essa preservação pode mesmo ter sentido econômico por veios turísticos. Hoje, valores como a cultura são diferenciais na sociedade em que vivemos. O diferencial é saber conviver com a identidade do lugar ao mesmo tempo que com a construção de um ambiente contemporâneo.

**Atualmente a senhora está a frente do setor de Cultura da Unesco no Brasil e a entidade é responsável, dentre outras coisas, pela lista de Patrimônios da Humanidade. O que podemos esperar de Brasil para essa lista nos próximos anos?**

A Convenção do Patrimônio Mundial e a Unesco pegam os bens passíveis de receberem o título através de uma "lista tentativa" elaborada pelo Iphan juntamente com o Instituto Chico Mendes, que é um desmembramento do IBAMA. É uma extensa lista de possibilidades, um rol de coisas significativas que apresentam a visão do país, do que nós vemos como significativo, como patrimônio. A "lista tentativa" deste ano ainda não foi apresentada, mas sabemos que ela está muito mais ampla do ponto de vista da temática, dos períodos históricos e até das áreas geográficas do país. Hoje o Brasil já tem em andamento o processo de Parati (RJ), que está em reformulação, além de São Cristovão (SE) e a própria cidade do Rio (RJ), que acabam de ser encaminhados.

**Puxando a lista para Minas, o que temos em vista?**

Atualmente não temos nenhum patrimônio mineiro em andamento, mas eu pessoalmente acho que Minas deveria retomar a idéia do Parque do Peruaçu, que é um patrimônio misto - natural e cultural - muito interessante. Já houve missões de especialistas para avaliação e, na época, existiam problemas fundiários que impediram um pouco as coisas de caminhar. O Parque está na "lista tentativa" e acho seriamente que Minas devia elaborar um dossiê e reapresentar Peruaçu.

**No ano que vem o comitê responsável deve se reunir em Brasília, comemorando os 50 anos da cidade que já figura na lista. Á primeira vista, uma cidade tão moderna parece destoar do que seria patrimônio da Humanidade. Como são os critérios usados pelo comitê para orientar a seleção de bens?**

A entrada de Brasília na lista foi uma situação muito polêmica. Era uma coisa atípica para o comitê, que teve grande receio de inscrever uma cidade ainda em formação, recém-inaugurada e não totalmente acabada mesmo na área planejada. Isso gerou debates e depois foi feita até uma reavaliação profunda sobre sua representatividade. Historicamente, privilegiamos alguns períodos de representação e criamos na lista uma hiperconcentração de bens europeus, bens monumentais ou de algum período. Veio então essa crítica de representatividade, de que a lista deveria retratar todas as culturas, períodos diferenciados, bens contemporâneos. Depois de Brasília entraram alguns outros patrimônios modernos como a Bauhaus, um Estádio de Caracas (Venezuela) e a Ópera de Sidney (Austrália). A Unesco tem hoje um grupo de trabalho para tomar esse tipo de decisão diversificada em categorias, incluindo a de paisagem natural e a sugestão de itinerários ou rotas temáticas. A Unesco tem estimulado outros formatos e a lista vem refletindo mais a nossa diversidade mundial.

**A Unesco é também uma das gestoras do Programa Monumenta. Como a senhora sente a evolução do programa e de seus resultados?**

Acho o Monumenta muito positivo sob diversos aspectos. Primeiro porque um programa governamental com quase 11 anos é algo muito relevante em uma área onde as coisas precisam de continuidade. É um mérito muito grande de um programa com nexos, estrutura e organicidade, em que as ações acontecem de forma muito bem articulada. Alguns princípios básicos do programa se mostraram muito corretos e produzem resultados concretos, como a idéia de sustentabilidade. No passado a sustentabilidade foi pensada só em termos de retorno financeiro, mas, na verdade, tem um âmbito muito maior que o econômico. É sobretudo social e significa que as ações de patrimônio precisam de articulação com a política local de forma a garantir que o que está sendo recuperado não entre em decadência após sua inauguração. Quem milita na área tem um vício de, ao recuperar o físico dos edifícios, pensar sempre em sua fruição, na apropriação quando pronto e em dar sentido ao patrimônio, pois é isso que ajuda a mantê-lo de pé. O Monumenta bate muito nessa tecla, de não iniciar ações sem saber como será o dia seguinte e sempre aliar o uso dos imóveis à questão da restauração. Pode parecer óbvio, mas ainda hoje não é. Estamos cheios, no Brasil, de imóveis históricos em bom estado e fechados. Nossa capacidade de restaurar, na verdade, é maior que a de gerir.

Outro ponto forte é a ótica municipalista do Monumenta. Claro que isso não é homogêneo, se você observar as cidades incluídas no programa vai perceber que nem todas as ações resultaram no intenso envolvimento das prefeituras, mas em pelo menos 90% das vezes isso aconteceu. Prefeituras que jamais pensamos ver conversando com Iphan ou tendo técnicos restauradores ou arquitetos em sua equipe. Esse é o grande legado do Monumenta.



## PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO



### | Solar Narbona

O pequeno olhar desta edição se dirige para um detalhe da fachada do Solar Narbona, um dos prédios que abriga a Secretaria de Estado de Cultura, na esquina da Rua Gonçalves Dias com a Avenida Cristovão Colombo, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

O solar é uma edificação eclética, construída antes de 1911, provavelmente pelo construtor espanhol Francisco Narbona, para ser usada como sua residência.

Nos anos de 1917/18 funcionou como Faculdade de Odontologia, sendo de propriedade da família Narbona até os anos 1943, quando foi vendida.

Em 1967 foi sede da então Febem – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor. Desde 1983, abriga a Secretaria de Estado da Cultura, que ocupa também os vizinhos Palacete Dantase e Casa Amarela.



## BLOCO DE NOTAS

### | Homenagem

A comunidade de Itacambira prestou delicada homenagem ao Iepha-MG, oferecendo ao instituto uma placa em agradecimento à restauração dos bens artísticos integrados da Matriz de Santo Antônio daquele município, que foi reaberta no último dia 2 de outubro. A placa foi entregue ao diretor de Conservação e Restauração do Iepha, Renato César de Souza, que participou da festa de reabertura da igreja.

### | Cursos em novembro

A agenda de cursos e eventos da Diretoria de Promoção (DPR) do Iepha para o mês de novembro deve ser bastante movimentada. Já no dia 4, a historiadora Vania Sufia de Lima ministra uma palestra sobre o ICMS Patrimônio Cultural em um seminário em Governador Valadares. A cidade volta a ser palco de encontro no dia 28, com a realização do curso Diretrizes para a Proteção do Patrimônio Cultural, conduzido pelo diretor Carlos Henrique Rangel. Dentre os destaques está a realização deste mesmo curso também em Ponte Nova, nos dias 10 e 11 e de uma Oficina de Educação Patrimonial em Elói Mendes, no dia 17.

### | Arquitetura de Terra

Depois de uma bem sucedida experiência em Pitangui, nos meses de abril e maio deste ano, a cidade histórica de Santa Luzia (localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte) acaba de receber a segunda edição do Curso de Arquitetura de Terra: resgate de técnicas tradicionais de construção.

Em duas etapas (02 a 04/10 e 23 a 25/10), arquitetos, engenheiros,

mestres de obra e operários da construção civil aprenderam a trabalhar com técnicas construtivas tradicionais do século 18, que vêm se tornando cada vez mais esquecidas. Além da iniciação teórica sobre a importância da preservação de bens culturais, os participantes conheceram as técnicas de taipa, pilão, adobe e pau-a-pique e puseram – literalmente – a mão na massa.



▲ Blocos secam antes da utilização

O objetivo é capacitar profissionais para o cuidado específico na restauração de imóveis históricos, garantindo que os bens possam ser preservados sem que haja descaracterização. Os materiais compatíveis garantem também sua segurança e integridade, uma vez que a rigidez do cimento contra a estrutura de terra pode causar trincas e outros transtornos que os materiais compatíveis não causariam. Com a opção pela terra, o trabalho de restauração tem ainda menor custo. Outro detalhe é que, como as peças levam mais massa do que os porosos tijolos cerâmicos atuais, as paredes são mais espessas e garantem maior isolamento acústico e térmico, conservando a temperatura dentro do imóvel mais agradável durante todas as estações do ano.

# Tradição secular de fabricação de sinos permanece viva em Minas



^ Sinos do Cemitério de Sem Peixe

Capazes de transmitir aos moradores informações precisas como as horas, os horários de missa, os nascimentos e falecimentos, tipos de celebração que serão realizadas e por quem — se por um padre (três badaladas), pelo bispo diocesano (sete) ou arcebispo (nove) —, os sinos das igrejas têm importante papel nas cidades históricas mineiras.

Suas formas e pesos variaram ao longo do tempo, sendo os primeiros de chapa de ferro ou cobre. A partir do século VIII, iniciou-se a fundição dos sinos em bronze e uma liga de cobre e estanho, adicionando também uma dosagem de ouro ou prata e outros metais, para aperfeiçoar a sonoridade. Atualmente existem no mundo seis fábricas de sinos artesanais. Em Uberaba está a segunda maior do Brasil, a Fundação Artística Sinos Uberaba (Fasu).

A fábrica foi fundada por José Donizetti da Silva, que até hoje toma conta e ensina o ofício para os artesãos que ali trabalham. Ele relembra como tudo começou: no período da II Guerra Mundial, um artesão italiano migrou para o Brasil, fugindo da região de conflito em que se encontrava a Europa naquele tempo. “Aqui no Brasil ele se instalou em São Paulo, onde eu, bem garoto, aprendi essa arte”, conta. Já qualificado e por amor ao que fazia, Donizetti fundou a Fasu, em 1974. “Comecei com dois funcionários. Atualmente trabalho com sete”, diz.

A técnica de fundição de sinos trazida da Europa e usada pela Fasu não é somente artesanal, mas também musical, pois é capaz de colocar notas musicais nos sinos de bronze. Donizetti explica que utiliza matéria-prima natural como argila, sebo, terra entre outros ingredientes que, segundo ele, “fazem a diferença na fabricação do sino”.

Em 35 anos a Fasu já confeccionou, aproximadamente, 2.000 sinos para muitas igrejas brasileiras, mas também exporta para o Mercosul e outros países, como a Áustria. Até mesmo no Vaticano há um sino que foi fabricado por Donizetti para ser presenteado pela igreja brasileira.

Em Minas Gerais, 170 municípios tiveram seus sinos produzidos ou restaurados na fundição de Uberaba. Este é o caso da Paróquia Nossa Senhora da Conceição (Sabará), Matriz Nossa Senhora Do Carmo (São

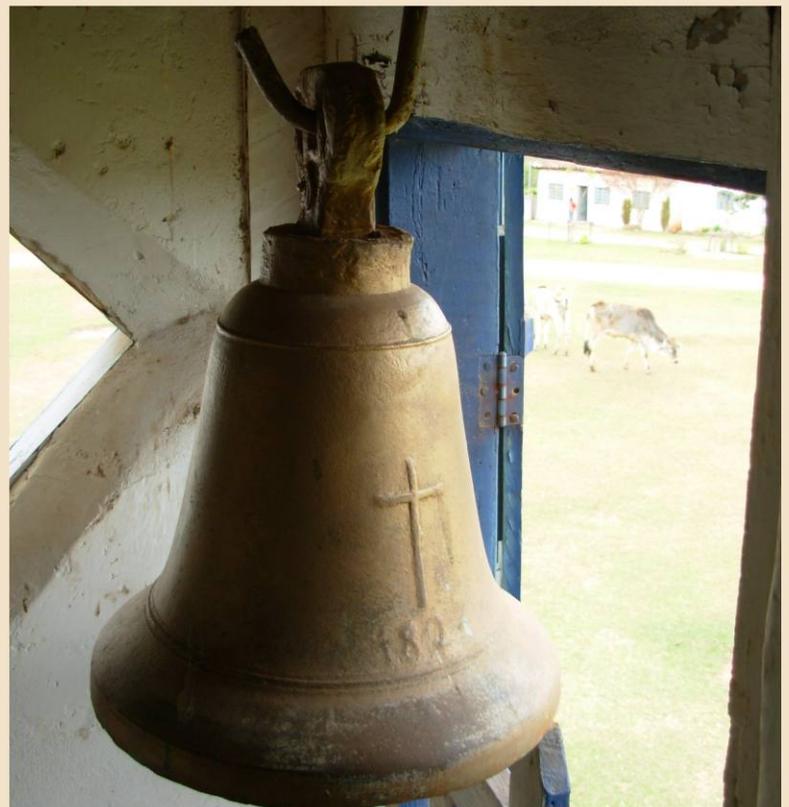
João Del Rei), Paróquia Nossa Senhora dos Remédios (Caxambu), Paróquia São João Batista (Sete Lagoas), Paróquia Cristo Rei (Centralina), Paróquia São Sebastião (Pedralva), Matriz de Nossa Senhora de Lourdes (Conquista), Matriz Nossa Senhora Aparecida (Ilicínea), Paróquia Nossa Senhora de Lourdes (Cruzilha) e paróquias Nossa Senhora Do Carmo (Caratinga e Ouro Preto), entre outras.

## | Linguagem dos sinos

Muitos toques foram criados pelos próprios sineiros e a tradição foi sendo passada de pai para filho. Em São João Del Rei, a 180 quilômetros de Belo Horizonte, a linguagem dos sinos possui as seguintes modalidades de toque: dobre simples (quando o sino cai pelo lado em que está encostado o badalo, ocasionando uma só pancada em cada movimento); dobre duplo (quando o sino cai pelo lado contrário em que está encostado o badalo, ocasionando duas pancadas em cada movimento); e repiques (quando o movimento é feito somente pelo bater do badalo, como sino parado).

“Os sinos são um eficiente meio de comunicação para quem conhece sua linguagem”, afirma o coordenador e produtor do programa Bem Cultural, da Rede Minas, Jason Santa Rosa, organizador do Pequeno Glossário da Linguagem dos Sinos e idealizador do documentário “Entoados”.

A pesquisa, finalizada em 2006, durou três anos e a equipe de produção esteve presente nas festas e datas importantes dos municípios de São João Del Rei, Ouro Preto, Mariana Diamantina, Catas Altas e Tiradentes para documentar os toques, os sineiros e os sinos e a singularidade e o ineditismo dessa referência cultural secular em Minas Gerais.



^ Sino da cidade de Costa Sena

# Serra dos Cristais, Diamantina

\*Vera Chacham

Localizada na porção Centro-Leste de Minas Gerais, na bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, a região onde se encontra a cidade de Diamantina faz parte da Cordilheira do Espinhaço Meridional. Trata-se de uma região “estruturada por sequências de processos geológicos e geomorfológicos que resultaram em um relevo escarpado, com altitudes que variam entre 1.000 e 1.600 metros”.<sup>1</sup>

A formação do Arraial do Tijuco teve origem nas expedições de bandeirantes que, percorrendo o curso do Rio Jequitinhonha desde a sua nascente, encontraram grande quantidade de ouro entre as Serras de Santo Antônio e São Francisco. Entre 1719 e 1722, foram encontrados os primeiros diamantes. Com a exploração oficial de diamantes, em 1729, e a criação do Distrito Diamantino, a larga extensão produtora de diamantes foi isolada do restante da Capitania, mantendo-se sob firme vigilância.

Centro administrativo do Distrito Diamantino, que por sua vez foi “palco da talvez maior extração de diamantes no continente americano”<sup>2</sup>, o Arraial do Tijuco teve sua formação e evolução “sempre cercadas de traços e condicionantes especiais, que conferiram ao local fisionomia e dinâmica peculiares no universo das Minas Gerais”<sup>3</sup>. A cidade de Diamantina teve seu Conjunto Arquitetônico e Urbanístico inscrito no livro do Tombo de Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 16 de maio de 1938.

A Serra dos Cristais é tradicionalmente identificada como um elemento paisagístico da cidade de Diamantina, formando uma espécie de moldura para o espaço urbano. Contudo, é mais do que moldura. Quando recebeu da Unesco, em 1999, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, a cidade foi caracterizada como um conjunto urbano e arquitetônico perfeitamente integrado com uma paisagem selvagem<sup>4</sup>. O tombamento provisório da Serra dos Cristais pelo Iepha/MG foi aprovado em 14 de dezembro de 2000 e nele se destaca justamente que “a convivência entre os patrimônios cultural e ambiental havia sido decisiva para a inclusão de Diamantina na lista de Patrimônio da Humanidade da Unesco”. É notável, portanto, a importância da paisagem natural em sua relação com o conjunto edificado: a paisagem agreste é testemunho histórico vivo da ocupação do território e do surgimento e desenvolvimento da cidade de Diamantina.

O aspecto agreste da Serra dos Cristais, também conhecida como Serra do Rio Grande, foi observado no século XIX por viajantes naturalistas como Gardner, que definiu a região como uma das “mais áridas e escabrosas do Brasil”. Já Auguste de Saint-Hilaire, em sua Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil, aponta, por outro lado, para o valor paisagístico da serra, quando, ao descrever alguns dos “numerosos jardins das casas da cidade, destaca a beleza da perspectiva gerada pelo ‘contraste da verdura tão fresca dos jardins com a cor dos telhados das casas e mais ainda com as tintas pardacentas e austeras do vale e das montanhas circundantes’”.<sup>5</sup>

Não há como não perceber a importância da Serra dos Cristais na composição da paisagem de Diamantina: a serra proporciona à cidade um horizonte mais amplo, mais arejado. Já no início de 1990, procurou-se dar à serra uma proteção oficial municipal: a Lei nº 2062, de 15 de setembro de 1993, revogada em 1996, proibia o estabelecimento de edificações sobre as paisagens naturais notáveis da cidade de Diamantina. Eram consideradas paisagens naturais notáveis “toda a extensão da Serra do Rio Grande, do sopé ao cume que dá vista para a cidade, conforme área a ser demarcada por cartografia pelo Poder Público”.

Com o tombamento estadual definitivo do Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais, e sua inscrição no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Iepha/MG, o que deve acontecer em breve, pretende-se fornecer, sobretudo por meio da definição de seus perímetros e diretrizes de proteção da

área tombada e do seu entorno, mais e melhores elementos para a salvaguarda desse conjunto paisagístico, continuamente ameaçado pela ocupação irregular e desordenada.



Vista de Diamantina com Serra dos Cristais ao fundo.

<sup>1</sup>Fonte:Dossiê de Tombamento do Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais IEPHA/MG.

<sup>2</sup> Fonte: Dossiê de Tombamento do Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais IEPHA/MG.

<sup>3</sup> Fonte: Dossiê de Tombamento do Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais IEPHA/MG.

<sup>4</sup>Na justificativa para a inscrição da cidade destaca-se que “Diamantina is a colonial village inserted like a jewel in a necklace of inhospitable rocky mountains. It illustrates the human adventure of diamond prospectors in the 18th century and testifies to human cultural and artistic ascendancy over the living environment”. In: <http://whc.unesco.org/en/list/890>

<sup>5</sup>SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Sao Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974; pg. 28.

## Casa de Afonso Pena Júnior

**P**rotegida por tombamento estadual desde 1983, a casa foi erguida no início do século XX, em linguagem eclética, com projeto dos arquitetos José Lapertoza e Victor Renault Coelho. Situada na Rua Aimorés, 1451, próxima à Praça da Liberdade, a construção hoje pertence ao Centro Universitário UNA.

A edificação é um dos destaques do conjunto formado pelo Museu Mineiro, Escola Estadual Afonso Pena, Escola Ordem e Progresso e Arquivo Público Mineiro. Com dois pavimentos, a ligação entre os andares é feita por uma suntuosa escada externa em estrutura e guarda-corpo de ferro trabalhado e piso em mármore. A cobertura em forma de cúpula, também em ferro, arremata o patamar superior.

Ao longo dos anos, a construção sofreu várias intervenções e acréscimos, principalmente na parte posterior da construção, o que não alterou sua arquitetura original. Em 1975, a edificação ganhou novo acréscimo, desta vez, com a construção de um prédio anexo, projetado pelo desenhista Ildeu Felipe Junior, para abrigar as dependências da UNA.

O palacete foi preservado destacando-se na construção os belíssimos gradis de ferro trabalhados da balastrada da varanda do segundo pavimento e do guarda-corpo da escada que dá acesso à edificação.

A construção apresenta cômodos com pé-direito alto, conforme conceito vigente na época, para proporcionar maior iluminação, principalmente nos pontos distantes das janelas. Como consequência, as janelas e portas ficaram alongadas verticalmente e, para amenizar um pouco a altura, era comum o uso de bandeiras nas janelas e portas.

O acabamento do segundo pavimento na parte social da casa recebeu tratamento especial: os revestimentos são requintados, com pisos em *parquet* com desenhos geométricos, lambris de madeira até a altura do peitoril e forro do tipo painel decorado. Nos banheiros e na cozinha as paredes foram revestidas de azulejos portugueses com frisos decorativos e o piso recebeu ladrilho hidráulico decorado que se estende até a varanda e a copa localizadas no primeiro piso.

### | Afonso Pena Júnior

Nasceu em 25 de dezembro de 1879, na cidade de Santa Bárbara, Minas Gerais, filho do presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena e d. Maria Guilhermina de Oliveira Pena. Foi advogado, professor, político, ensaísta e imortal da Academia Brasileira de Letras.

Fez o primário em Ouro Preto e no Colégio do Caraça completou o curso de Humanidades. Formou-se em Direito no ano de 1902, pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte.

De sua obra literária destacam-se “A Arte de Furtar e seu Autor”, estudo da autoria da obra atribuída ao Padre Antônio Vieira, “Crítica de Atribuição de um Manuscrito da Ajuda” e “Pareceres”, editado pelo Banco do Brasil contendo alguns de seus trabalhos como consultor jurídico. Afonso Pena Júnior faleceu no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1968.

\*Referência: Processo de Tombamento – Belo Horizonte Sede Conjunto de edificações da Avenida João Pinheiro e área adjacente Decreto nº 23.260 de 1º de dezembro de 1983. IEPHA/MG





## A voz de Deus

Tanto no islamismo quanto no cristianismo, o som do sino é considerado o eco da onipotência de Deus, "a voz de Deus", cuja percepção leva a alma além dos limites do terreno.

Este tipo de instrumento sonoro, que tem a função de mensageiro, já era usado nos mosteiros budistas da China, onde também era associado à vida dos guerreiros. Naquele país o sino chama para oração e lembra a obediência dos mandatos divinos.



Acervo IEPH/MG

No Ocidente, os sinos estão associados à cristandade e à história da religião católica. No cristianismo, o uso do sino teve início em meados do século V, na Itália. São Paulino, em sua catedral, já o tinha usado convocando os fiéis para os deveres religiosos. Dizem que dali vêm os nomes de nola, para sino grande, e campana, para o sino menor. Os primeiros sons dos sinos empregados como mensageiros foram nos mosteiros beneditinos, lembrando aos monges, mesmo distantes da capela, que era a hora das orações.

Os sinos exercem também uma função social. Alertam para incêndios e proximidade de vendavais; ao dobrarem lenta e espaçadamente, comunicam a morte e o sepultamento de alguém; com toque diferenciado, informam o nascimento de uma criança, inclusive qual o sexo do recém-nascido. Além disso, convocam a população às 6 horas, ao meio-dia e às 18 horas para a oração do "angelus", ou das ave-marias.

Os sinos como instrumentos diretamente ligados ao culto, quando levados para as torres, passam por uma cerimônia semelhante a um batismo. Recebem um nome e a bênção de um bispo que os asperge com água lustral purificadora (mistura de água e sal) e faz preces, ou lhes faz uma unção com óleo do Santo Crisma. Se for uma doação, os padrinhos devem estar presentes neste momento.

Os nomes dos sinos costumam homenagear determinados santos cujos nomes são gravados em alto relevo. Muitas vezes, são ornados com gravações em latim, testemunhas de acontecimentos felizes ou de desgraças e calamidades de suas comunidades. Por exemplo: *Vox meã, vox vitae, voco vos ad sacra, venite* – a minha é a voz da vida, que vos convida ao culto divino; *Laudo Deum verum* – louvo o Deus verdadeiro; *Plebem voco* – convido o povo; *Defunctos ploro* – choro os mortos; *Nimbus fugo* – afugento os temporais; *Fulmina franfo* – elimino os raios; *Sabbatapango* – alegro os feriados; *Ecito lentos* – acordo os preguiçosos.

A técnica de tanger os sinos é guardada em segredo e passada de pai para filho. Os sineiros mais antigos dizem que, quando se produz uma melodia com o soar do sino, Deus nos observa e escuta com mais atenção nossas preces sinceras.

### Bibliografia:

- ♦ A CONCHA E O SINO. Disponível em: <http://www.renegenon.net/aConhaSino.htm>. acesso 10 nov.2008
- ♦ BOFF, Leonardo. Sol da esperança: Natal, histórias, poesias e símbolos. – Rio de Janeiro: Mar de Idéias, 2007. p.44
- ♦ CUNHA, Antonio Geraldo. Dicionário etimológico da língua portuguesa. – Rio de Janeiro Nova fronteira, 2001.
- ♦ HOUSSAIS, Antonio, VILLAR, Salles, Mario. Dicionário HOUSSAIS da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.
- ♦ ÁVILA, Affonso. Barroco mineiro glossário de arquitetura e ornamentação/João Ávila Marcos Machado Gontijo, Reinaldo Guedes Machado. – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1965.
- ♦ Varia Historia/Departamento de Historia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, ISSN 0104-8775, P. 71, 17 março de 1997.
- ♦ Mestres de ofício de Minas Gerais: resgate cultural do artesanato mineiro. / Belo Horizonte: SEBRAE, 2003 P. 108.
- ♦ CHEVALIER, Jean; GJEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.
- ♦ LOURENÇO, José Pe Dicionário da doutrina Católica. Porto, Tip. Empresa Guedes, Ltda., Administração de Verdade e Vida, 1945.
- ♦ AZCÁRATE, R.P. Andrés. LA FLOR de la liturgia, Buenos Aires: Imprenta y Lebreira "Guadalupe" 1941.
- ♦ ROWER, Basílio Frei, O.F.M., Petrópolis, Estado do Rio, Editora VOZES, 1936